



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Colegiado TRT-6	5ª Reunião do Subcomitê do PJe do TRT da 6ª Região em 2026
Data	19/05/2026
Horário (início/término)	13h15 - 13h59
Local	Reunião telepresencial

FERNANDA
DE
FRANCA
TENÓRIO
09/06/2026 15:48

FABIO
ANDRE
DE
FARIAS
19/06/2026 16:27

2. PAUTA

ID	Descrição do item
16/2026	Atualização e homologação das versões 2.19.2 e 2.19.3 do PJe.
17/2026	Balanco do novo formato de autenticação com duplo fator pelo celular.
18/2026	Revisão das metas de disponibilidade dos sistemas de TI.
19/2026	Relatórios gerenciais da Presidência sobre bloqueio de consultas massivas/robôs.
20/2026	Sugestão de melhoria: alerta de impedimento ou suspeição no PJe e no sistema Aud.
21/2026	Sugestão de melhoria: cancelamento de comunicação enviada ao Domicílio Judicial Eletrônico antes do processamento automático.

3. INTEGRANTES DO COLEGIADO

Nome		Designação	Presença	Ausência Justificada
1	Fábio André de Farias	Desembargador Coordenador do Subcomitê	•	
2	Rodrigo Samico Carneiro	Juiz do Trabalho Substituto em atuação na 2ª Vara do Trabalho de Paulista	•	
3	Henrique Beca Gibson	Representante do 1º Grau de Jurisdição	•	
4	Andréa Carla Soares de Almeida Ferreira	Representante do 2º Grau de Jurisdição	•	
5	Sérgio Limeira da Silva	Servidor da Área de Tecnologia da Informação	•	

6	Flávio Renato Couto Oliveira	Chefe da Divisão de Governança de Dados e Automação	•	
7	Christiane Purificação de Castro	Chefe da Divisão de Gestão Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão	•	
8	Lucas Aranha Barreto	Chefe da Seção de Apoio Estatístico ao PJe e e-Gestão	•	
9	Alexandre da Costa Batista	Chefe da Divisão de Sistemas Judiciais	•	
10	Alessandro Alcides de Souza	Diretor da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação	•	
11	Renata Maria Pessoa Maranhão de Lima	Representante da Corregedoria	•	
12	Luiz Eduardo Moura de Oliveira	Coordenador de Estatística e Pesquisa do TRT da 6ª Região	•	

4. CONVIDADOS PRESENTES

Nome	
1	Não houve convidados

5. ABERTURA DA REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, realizou-se, por videoconferência, a quinta reunião ordinária do Subcomitê do PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob coordenação do Desembargador Fábio André de Farias. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação dos itens da pauta.

6. ANÁLISE DOS ITENS DA PAUTA E RESULTADOS

Item	Atualização e homologação das versões 2.19.2 e 2.19.3 do PJe.	ID	16/2026
Análise e discussão: Alessandro Alcides de Souza informou que a versão 2.19.2 do PJe já se encontrava homologada pela equipe negocial coordenada por Christiane Purificação de Castro. Registrou, ainda, que, ao final do expediente da sexta-feira anterior, o Tribunal recebeu o pacote da versão 2.19.3. Esclareceu que ambas as versões atendem à exigência de prazo do CNJ relacionada ao Domicílio Judicial Eletrônico, cujo vencimento ocorreu no início de abril, tendo o atraso regional decorrido do fato de a versão nacional apta ao atendimento do requisito ter sido disponibilizada após o vencimento do prazo.			

Foi lembrado que o planejamento inicial previa a implantação da versão 2.19.1, posteriormente abortada em razão de problemas técnicos identificados em âmbito nacional. Diante desse cenário, propôs-se a implantação da versão 2.19.2 no sábado seguinte, por se encontrar estável e homologada, mantendo-se, paralelamente, o fluxo ordinário de homologação da versão 2.19.3 para futura instalação.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

O Subcomitê aprovou, por unanimidade, a implantação da versão 2.19.2 do PJe no sábado seguinte, bem como a continuidade do processo de homologação da versão 2.19.3 para posterior deliberação quanto à instalação.

Item	Balanço do novo formato de autenticação com duplo fator pelo celular.	ID	17/2026
Análise e discussão:			
Alessandro Alcides de Souza apresentou retorno sobre a alteração definitiva da forma de login no PJe, ocorrida em 18/05/2026, com a exigência de utilização de aplicativo de celular por meio de QR Code, em substituição ao envio de código por e-mail. Informou que, apesar do receio inicial de instabilidades, a transição foi considerada bem-sucedida e tranquila. Foi registrado que, até as 10h da manhã do primeiro dia, foram abertos apenas 42 chamados, diante de um universo aproximado de 3.000 usuários simultâneos, permanecendo apenas 4 chamados pendentes de atendimento rápido pela central de dúvidas. Lucas Aranha Barreto confirmou o cenário positivo observado pela equipe de sustentação. Christiane Purificação de Castro e Lucas Aranha Barreto esclareceram que o novo formato de autenticação via PDPJ passou a ser a única forma de acesso, sem alternativas de flexibilização. Christiane registrou que a Ouvidoria recebeu queixas isoladas de servidores questionando o uso e o espaço de armazenamento em aparelhos celulares particulares. O Desembargador Fábio André de Farias destacou a simplicidade do mecanismo e consignou que o Tribunal não tem condições de fornecer telefones celulares institucionais para os aproximadamente 3.000 usuários.			
Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):			
Não houve deliberação, visto que o caráter da exposição foi informativo. Ficou registrado o acompanhamento da implantação do novo formato de autenticação.			

Item	Revisão das metas de disponibilidade dos sistemas de TI.	ID	18/2026
Análise e discussão:			
Sérgio Limeira da Silva explicou que o processo interno de gerenciamento de disponibilidade passou por revisão e que os órgãos de controle exigem que as metas de disponibilidade dos sistemas de tecnologia sejam pactuadas anualmente de forma conjunta com as áreas de negócio.			

O Desembargador Fábio André de Farias e Alessandro Alcides de Souza lembraram que o monitoramento local deixou de integrar a pauta porque, anteriormente, os índices de indisponibilidade programada e não programada vinham prefixados no PDTIC pelo CNJ/iGovTIC. Com a retirada desses indicadores das metas nacionais, cada Regional passou a necessitar da definição e pactuação de suas próprias metas.

Sérgio Limeira da Silva destacou que, conforme a Resolução CNJ nº 185, indisponibilidades somadas de 1 hora geram prorrogação automática dos prazos processuais para o dia útil seguinte. A partir dos dados dos últimos 12 meses, informou que a média absoluta de disponibilidade local gira em torno de 99%, tendo havido queda para 96% em fevereiro em razão de intercorrência pontual. Esclareceu, ainda, que cada 1% de variação corresponde a aproximadamente 7 horas e 20 minutos mensais, consideradas as paradas programadas de manutenção e as falhas imprevistas.

Foram propostas as seguintes metas: disponibilidade absoluta de 98%, considerando que paradas entre 0h e 6h são computadas, embora não gerem prorrogações legais; disponibilidade relativa de 99%; índice de indisponibilidade programada de 2%, para fins de controle das janelas de atualização; e índice de indisponibilidade não programada de, no máximo, 2%.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

O Subcomitê aprovou as metas apresentadas, validando os percentuais propostos por considerá-los adequados à maturidade atual do sistema e à necessidade de controle institucional da disponibilidade.

Item	Relatórios gerenciais da Presidência sobre bloqueio de consultas massivas/robôs.	ID	19/2026
Análise e discussão:			
Alessandro Alcides de Souza trouxe à pauta demanda extra encaminhada por e-mail pela Presidência. Informou que, com a utilização da ferramenta de bloqueio automático de consultas massivas realizadas por robôs, mais de 200 credenciais de advogados foram preventivamente suspensas. Desse total, apenas 4 ou 5 usuários solicitaram desbloqueio, tendo ocorrido reincidência em apenas 2 casos. Foi esclarecido que, nos casos de reincidência, o processo é submetido à decisão do Presidente, com coleta de termo de responsabilidade e ciência do advogado antes de eventual liberação definitiva. Para subsidiar essa tomada de decisão, a Presidência solicitou a criação de dois relatórios específicos, com campos de entrada e saída previamente definidos: relatório para listar todos os processos em que determinada OAB consta como patrono; e relatório de auditoria para detalhar quais processos de terceiros foram consultados por determinada OAB em período específico. Registrou-se que a Divisão de Sistemas Judiciais fará a juntada do e-mail ao processo administrativo correspondente, e que o acesso aos dados ficará restrito ao perfil de Assessores. Christiane Purificação de Castro informou que registrará o nome final dos relatórios após definição pelas equipes envolvidas.			
Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):			
O Subcomitê tomou ciência formal da produção dos relatórios gerenciais solicitados pela Presidência. Não houve deliberação adicional, por se tratar de demanda encaminhada pela Presidência, observadas as restrições de acesso informadas.			

Item	Sugestão de melhoria: alerta de impedimento ou suspeição no PJe e no sistema Aud.	ID	20/2026
-------------	---	-----------	---------

Análise e discussão:

Christiane Purificação de Castro apresentou sugestão encaminhada pelo Diretor do CEJUSC de Jaboatão, relativa à emissão, pelo sistema Aud, de alerta visual em destaque, preferencialmente em formato de popup, nos casos de impedimento ou suspeição de magistrados ao abrir Audiências ou acessar processos específicos. Foi registrado que o alerta já existe no PJe, mas não se reflete no Aud, situação que pode gerar risco de nulidade de atos processuais conduzidos sem a devida observância da restrição. O Desembargador Fábio André de Farias endossou a relevância da automatização do alerta como medida de segurança do fluxo.

Lucas Aranha Barreto explicou que o PJe já apresenta sinal indicativo, representado pelo ícone da mão, a partir de cadastro prévio. Considerando que o Aud 4 opera de forma separada do PJe, sugeriu, como alternativa tecnicamente mais simples, que o alerta fosse adicionado à própria Tela de Pauta de Audiências do Dia no PJe, evitando a necessidade de migração ou tráfego de dados complexos para sistema externo.

Henrique Beca Gibson ponderou que, na rotina das unidades, os secretários acessam a tela do PJe indicada por Lucas para conferir e imprimir pautas externas, mas ressaltou o risco de substituições inesperadas de magistrados de última hora, como nos casos de licença de saúde repentina. Destacou que é no momento de carregamento do Aud que o secretário seleciona, em definitivo, qual magistrado presidirá a pauta, razão pela qual a validação no próprio Aud seria o momento mais seguro.

Ao final, Christiane Purificação de Castro e o Desembargador Fábio André de Farias sugeriram a abertura de duas frentes independentes de melhoria: uma voltada à tela de pauta do PJe e outra voltada ao próprio sistema Aud.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

O Subcomitê aprovou a sugestão, devendo ser cadastradas duas histórias de melhoria no sistema de demandas do CSJT: uma relacionada à exibição do alerta na tela de pauta do PJe e outra relacionada à implementação de alerta no sistema Aud.

Item	Sugestão de melhoria: cancelamento de comunicação enviada ao Domicílio Judicial Eletrônico antes do processamento automático.	ID	21/2026
-------------	---	-----------	---------

Análise e discussão:

Lucas Aranha Barreto apresentou sugestão de melhoria decorrente de chamados de massa envolvendo a Procuradoria/MPT e falhas de interoperabilidade no MNI. A proposta consiste em permitir que o usuário cancele comunicação errada ou incompleta enviada ao Domicílio Judicial Eletrônico pelo PJe, desde que a rotina automática de envio em lote ainda não tenha processado e encaminhado o arquivo.

Foi esclarecido que, atualmente, após a assinatura da comunicação para o Domicílio Judicial Eletrônico, não há possibilidade de retorno. Mesmo quando a comunicação é cancelada no PJe poucos minutos depois, ela acaba sendo exibida no destino, gerando divergências. Lucas informou que a rotina automática

do PJe roda em lotes de meia em meia hora, nos horários cheios e nos horários de trinta minutos, a exemplo de 14h e 14h30, o que cria janela de tempo viável para desistência ou correção de erros pontuais antes que o arquivo seja encaminhado ao CNJ. Foi feita analogia com o limite de horário adotado com êxito no Diário Eletrônico.

Resultados (deliberações, decisões e encaminhamentos):

O Subcomitê aprovou, por unanimidade, a sugestão de melhoria, para os encaminhamentos necessários ao registro da demanda no sistema próprio.

Assuntos gerais / pendências extra-pauta:

O Desembargador Fábio André de Farias solicitou a Lucas Aranha Barreto que entre em contato diretamente com a Procuradora do Trabalho para tratar de problemas específicos de interoperabilidade técnica, considerando que a representante do Ministério Público do Trabalho, Márcia Valéria Ferreira Parga, encontrava-se afastada de licença. Lucas Aranha Barreto comprometeu-se a realizar a interlocução direta e a buscar contato também com a pessoa que a esteja substituindo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

ATA APROVADA E ASSINADA PELO DESEMBARGADOR COORDENADOR